

## **PREVICEL**

### **PREVIDÊNCIA PRIVADA DA CELEPAR**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, DURAÇÃO E OBJETO**

- Art. 1º - A PREVICEL - PREVIDÊNCIA PRIVADA DA CELEPAR é entidade fechada de Previdência Privada, doravante denominada PREVICEL, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira, instituída pela COMPANHIA DE INFORMÁTICA DO PARANÁ - CELEPAR, doravante denominada Patrocinadora-Principal.
- Art. 2º - A PREVICEL terá sede e foro na Cidade de Curitiba Estado do Paraná, podendo manter representações regionais ou locais.
- Art. 3º - A PREVICEL não poderá solicitar concordata, nem está sujeita a falência, mas tão somente ao regime de liquidação extrajudicial previsto em lei.
- Art. 4º - A PREVICEL é uma Entidade Fechada de Previdência Privada, regida pela legislação, por este Estatuto, por seus Regulamentos, por instruções, resoluções e demais atos normativos baixados por seus órgãos estatutários ou pelo poder público.
- Art. 5º - A natureza da PREVICEL não poderá ser alterada, nem suprimidos seus objetivos primordiais.
- Art. 6º - A PREVICEL tem por objetivo instituir e administrar Planos Previdenciais, com a finalidade de promover o bem estar social de seus Participantes e Beneficiários, vinculados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, através da concessão de benefícios suplementares ou assemelhados aos da Previdência Social Oficial.
- Art. 7º - O prazo de duração da PREVICEL é indeterminado.

#### **CAPÍTULO II**

#### **DOS MEMBROS**

- Art. 8º - Compõem a PREVICEL:
- I - As Patrocinadoras;
  - II - Os Participantes;
  - III - Assistidos e Beneficiários.

Art. 9º - São Patrocinadoras da PREVICEL a COMPANHIA DE INFORMÁTICA DO PARANÁ CELEPAR, a FUNDAÇÃO CELEPAR – FUNCEL, a PREVICEL – PREVIDÊNCIA PRIVADA DA CELEPAR e as pessoas jurídicas que firmarem com a PREVICEL convênios de adesão, nos quais se estabeleçam as condições de tal adesão e desistência de participação, nos termos da legislação vigente.

Art. 10 - Consideram-se Participantes, os ativos, os assistidos e os em manutenção de inscrição, na forma prevista e condições estabelecidas em Regulamento.

Art. 11 – Consideram-se Beneficiários os inscritos nessa qualidade, nos planos de benefícios, atendidas as normas e condições estabelecidas em Regulamento.

Art. 12 - A retirada de Patrocinadora da PREVICEL dar-se-á na forma da legislação aplicável e:

a) a seu requerimento;

b) por sua extinção.

Parágrafo 1º - Na hipótese da alínea “a” deste Artigo, a Patrocinadora que se retirar cessará suas contribuições e os descontos em folha de pagamento das contribuições dos seus Participantes, após o cumprimento de todas as suas obrigações para com a PREVICEL.

Parágrafo 2º - Na hipótese da Alínea “b” deste Artigo, as contribuições daquela Patrocinadora cessarão após o cumprimento de todas as suas obrigações para com a PREVICEL.

Art. 13 - As Patrocinadoras terão integral responsabilidade pela manutenção dos Planos de Benefícios previstos nos Regulamentos.

Art. 14 - Em qualquer caso de cessação de contribuições por parte das Patrocinadoras, a cobertura dos benefícios aos Participantes e Beneficiários será feita de acordo com o disposto nos Regulamentos dos Planos de Benefícios, observada a legislação aplicável e sujeita a verificação e à conseqüente aprovação da autoridade competente.

Art. 15 - O cancelamento de inscrição dos Participantes e Beneficiários será na forma prevista nos Regulamentos.

### **CAPÍTULO III DOS BENEFÍCIOS**

Art. 16 - Os benefícios previdenciários instituídos pela PREVICEL serão estabelecidos em regulamento próprio.

Parágrafo único - A PREVICEL e suas Patrocinadoras poderão criar novas modalidades de pecúlio e de benefícios previdenciários, desde que estabelecida a respectiva receita de cobertura e submetidos à apreciação e aprovação da autoridade competente.

## **CAPÍTULO IV**

### **Do Patrimônio, Do Regime Financeiro E Do Exercício Social**

Art. 17 - O Patrimônio da PREVICEL será autônomo, livre e desvinculado de qualquer outra entidade, sendo destinado à cobertura dos benefícios e serviços por ela prometidos e não poderá ter destinação diversa, constituindo-se de:

- a) contribuições periódicas, ou não, das Patrocinadoras e Participantes, nos termos e nas condições previstas nos Regulamentos dos Planos de Benefícios Previdenciários;
- b) receitas de aplicações de patrimônio;
- c) dotações, doações, subvenções, legados, rendas e outros pagamentos de qualquer natureza, desde que respeitada a legislação vigente.

Art. 18 - A PREVICEL aplicará o seu patrimônio no País, de conformidade com diretrizes estabelecidas pelo seu Conselho Deliberativo e de acordo com a legislação vigente.

Parágrafo 1º - As diretrizes estabelecidas pelo Conselho Deliberativo deverão, sempre, atender aos seguintes objetivos:

- a) segurança dos investimentos;
- b) rentabilidade real compatível com as hipóteses atuariais dos Planos de Benefícios;
- c) liquidez das aplicações para pagamento dos benefícios.

Parágrafo 2º - Para fins de aplicações financeiras, obedecida a Legislação pertinente, a PREVICEL poderá combinar os recursos dos diversos Planos de Benefícios por ela administrados, desde que as respectivas receitas e despesas financeiras e administrativas sejam controladas e contabilizadas à parte, proporcionalmente aos recursos aplicados.

Art. 19 - O exercício social terá a duração de 01 (um) ano, encerrando-se em 31 de dezembro.

Parágrafo único - As demonstrações financeiras e os balancetes da PREVICEL serão elaborados de acordo com a legislação pertinente.

Art. 20 - O regime financeiro da PREVICEL, visando o perfeito equilíbrio econômico-financeiro e atuarial, obedecerá ao disposto nos planos de custeio e planos de benefícios instituídos, conforme estabelecido em regulamento próprio.

Art. 21 - Os Participantes não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Previcel.

Art. 22 – É vedada a realização de operação de mútuo entre a PREVICEL e quaisquer pessoas, sem que seja exigido o retorno do capital emprestado, acrescidos de correções, juros e custo de operações, definidos pelo Conselho Deliberativo, respeitado o mínimo atuarial.

## **CAPÍTULO V**

### **DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Artigo 23 - São órgãos da administração e fiscalização da PREVICEL:

- a ) o Conselho Deliberativo;
- b) o Conselho Fiscal; e
- c ) a Diretoria Executiva;

Artigo 24 - Os membros do Conselho Deliberativo e da Diretoria Executiva não serão responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da PREVICEL, em virtude de ato regular de gestão, respondendo porém, cível e penalmente, pelos prejuízos causados a terceiros em consequência do descumprimento de leis, normas e instruções em vigor e, em especial, pela falta de constituição de reservas.

Artigo 25 - Os membros do Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal responderão na proporção de suas atribuições estatutárias, solidariamente com a PREVICEL, pela violação da lei, de norma emitida pelo órgão regulador e fiscalizador e pelo Conselho Monetário Nacional, pelo descumprimento dos dispositivos contidos no estatuto da entidade e no regulamento do plano de benefícios e pela omissão na fiscalização de seus prepostos, e ainda pelos prejuízos causados a terceiros em consequência de culpa.

Artigo 26 - Os membros titulares e suplentes dos órgãos estatutários, ou as pessoas jurídicas das quais estes façam parte, não poderão manter relações comerciais de qualquer natureza com a PREVICEL, salvo aquelas relativas ao plano de benefícios e empréstimos.

## **CAPÍTULO VI**

### **DO PREENCHIMENTO E MANDATO DOS CONSELHOS DELIBERATIVO E FISCAL**

Artigo 27 – A composição dos Conselhos Deliberativo e Fiscal dar-se-á mediante a indicação das Patrocinadoras e eleição direta para escolha dos representantes dos Participantes e

assistidos, na forma prevista neste estatuto, sempre respeitando a paridade entre os membros indicados e eleitos.

Parágrafo 1º – O mandato dos membros indicados ou eleitos será de 04 (quatro) anos.

Parágrafo 2º - Em casos especiais os mandatos poderão ser prorrogados até a posse dos seus sucessores, que deverá ocorrer no prazo máximo de 60(sessenta) dias, sendo que a prorrogação dar-se-á por ato do Conselho Deliberativo, que terá obrigação de justificar fundamentadamente tal atitude, e após anuência das Patrocinadoras.

Parágrafo 3º - A cada 02 (dois) anos dar-se-á a renovação da metade dos membros dos Conselhos, pelo critério da proporcionalidade, sempre respeitando e mantendo a paridade.

Artigo 28 - As eleições serão convocadas pelo Presidente do Conselho Deliberativo, que nomeará uma comissão responsável pela realização do pleito.

Artigo 29 - Os membros eleitos e nomeados serão empossados no prazo de até 15 (quinze) dias após a homologação da eleição.

Artigo 30 - Não poderão fazer parte dos órgãos estatutários da PREVICEL, parentes de qualquer natureza até o 3º (terceiro) grau, de outros membros de quaisquer órgãos estatutários ou das Diretorias das Patrocinadoras.

Artigo 31 – Ocorrendo a inscrição de 2 (dois) ou mais Participantes parentes de qualquer natureza, até o 3º (terceiro) grau, a inscrição do 1º (primeiro) preterirá os demais.

Artigo 32 – O voto é facultado a todos os Participantes ativos ou assistidos em dia com suas obrigações junto à PREVICEL.

Parágrafo único – Cada Participante terá direito a votar em um candidato, para cada um dos Conselhos.

Artigo 33 - Poderão integrar os Conselhos Deliberativo e Fiscal os Participantes que preencham todos os seguintes requisitos:

I - comprovada experiência no exercício de atividade na área financeira, administrativa contábil, jurídica, de fiscalização ou auditoria;

II - não ter sofrido condenação criminal transitada em julgado;

III - não ter sofrido punição administrativa por infração da legislação da seguridade social, inclusive da previdência complementar, como servidor público ou em sua relação de emprego com uma das Patrocinadoras, desde que, tal punição seja decorrente de inquérito em que tenha sido garantido o direito de defesa;

IV – Ser Participante da PREVICEL.

V - estar a serviço efetivo de uma das Patrocinadoras.

Parágrafo único - Os Participantes assistidos são dispensados do requisito previsto no inciso V deste artigo.

Art. 34 - Sob nenhuma hipótese os membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal poderão ser remunerados.

## Seção I

### Do Conselho Deliberativo

Artigo 35 - O Conselho Deliberativo é o órgão superior da PREVICEL, responsável pela política geral da entidade, cabendo estabelecer as diretrizes fundamentais e normas gerais de administração.

Artigo 36 – O Conselho Deliberativo será composto de 6 (seis) membros titulares e 2(dois) suplentes, nomeados e eleitos de forma paritária entre Patrocinadoras e representantes dos Participantes e assistidos.

Parágrafo 1o - As Patrocinadoras nomearão 03 (três) membros titulares e 1 (um) membro suplente, para mandato de 4 (quatro) anos, indicando, dentre os membros titulares, o Presidente do Conselho.

Parágrafo 2o Os Participantes e assistidos elegerão, por meio de eleição direta, 3 (três) membros titulares e 1 (um) membro suplente para mandato de 4 (quatro) anos.

Artigo 37 – Dentre os Participantes e assistidos inscritos no processo eletivo, serão considerados eleitos os 3 (três) mais votados como titulares e o 4º (quarto) mais votado como suplente.

Parágrafo único - Em caso de empate, será considerado vencedor o candidato que tiver o maior tempo de contribuições à PREVICEL. Persistindo o empate, o critério será o da idade mais avançada.

Artigo 38- A renovação dos mandatos dos membros do Conselho será a cada 2 (dois) anos, atendo o critério da proporcionalidade, na forma do art. 77, § 1º.

Artigo 39 – Aos membros deste Conselho é garantida a estabilidade durante o exercício do mandato e permitida uma recondução.

Parágrafo único – Somente na 1ª (primeira) investidura o mandato será diferenciado conforme estabelecido no artigo 77, § 4º deste regulamento.

Artigo 40 - Caberá ao Presidente do Conselho Deliberativo designar entre os demais membros titulares, seu substituto eventual.

Artigo 41 - O membro do Conselho Deliberativo somente perderá o mandato em virtude de renúncia, de condenação criminal transitada em julgado ou processo administrativo disciplinar.

Parágrafo 1o - A instauração de processo administrativo disciplinar, para apuração de irregularidades no âmbito de atuação do Conselho Deliberativo da entidade fechada implicará no afastamento do conselheiro até sua conclusão.

Parágrafo 2o - O afastamento de que trata o parágrafo anterior não implica prorrogação ou permanência no cargo além da data inicialmente prevista para o término do mandato.

Parágrafo 3º - O membro do Conselho Deliberativo que deixar de comparecer a 2 (duas) reuniões ordinárias consecutivas, ou 4 (quatro) alternadas, sem a devida justificativa, mediante documento formal e com comunicado, com antecedência, sempre que possível, ao Presidente do Conselho e aceita pela maioria dos Conselheiros, perderá o mandato em favor do suplente.

Artigo 42 - Ocorrendo vacância no Conselho de Deliberativo, o suplente, assumirá como membro titular pelo tempo que faltar para o término do mandato. Tal substituição deverá respeitar a proporcionalidade da composição do Conselho entre eleitos e indicados.

Parágrafo único - Na hipótese do "caput" deste artigo, a vaga de suplente eleito, será imediatamente preenchida pelo Participante mais votado, dentre os remanescentes da lista do último pleito.

Artigo 43 - Ocorrendo impedimento temporário de membro titular do Conselho Deliberativo, seu Presidente dará posse ao suplente, pelo prazo que perdurar o impedimento, e de acordo com o membro a ser substituído, a substituição deverá respeitar a proporcionalidade de composição do Conselho entre eleitos e indicados.

Artigo 44 - O Conselho Deliberativo reunir-se-á ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que for convocado.

Parágrafo 1o - A convocação das reuniões ordinárias compete exclusivamente ao Presidente do Conselho. As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas pelo seu Presidente, pela maioria dos seus membros, pela Diretoria Executiva ou pelo Conselho Fiscal.

Parágrafo 2o - As decisões do Conselho serão obrigatoriamente registradas em atas revestidas das formalidades legais.

Artigo 45 - O Presidente do Conselho Deliberativo, além do seu, terá voto de qualidade em caso de empate.

Artigo 46 – As decisões no âmbito deste Conselho somente poderão ser tomadas com a presença de 2/3 (dois terços) dos seus membros e a deliberação/aprovação será pela maioria simples.

Parágrafo único: Caso não estejam presentes 2/3 (dois terços) dos membros na data designada para a reunião, esta será adiada, pelo Presidente, para no máximo 05 (cinco) dias, designando, no ato, a nova data e horário. Se nesta segunda data persistir a falta de quorum, uma terceira data será designada, para no máximo 05 (cinco) dias, com o quorum mínimo de metade dos membros.

## Seção II

### DO CONSELHO FISCAL

Artigo 47 - O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização e controle da PREVICEL, cabendo-lhe zelar pela idoneidade e eficácia da gestão patrimonial.

Artigo 48 - O Conselho Fiscal será composto de 4 (quatro) membros titulares nomeados e eleitos de forma paritária entre patrocinadores e representantes dos Participantes e assistidos, e 2 (dois) suplentes.

Parágrafo 1º - As Patrocinadoras nomearão 2 (dois) membros titulares e 1 (um) suplente.

Parágrafo 2º - Os Participantes e assistidos elegerão, mediante eleição direta, 2 (dois) membros titulares e 1 (um) suplente.

Parágrafo 3º - Serão considerados eleitos, dentre os representantes dos Participantes e assistidos os 3 (três) candidatos mais votados, sendo os dois mais votados como titulares e o terceiro como suplente.

Parágrafo 4º - Em caso de empate, será considerado vencedor o candidato que tiver o maior tempo de contribuições à PREVICEL. Persistindo o empate, o critério será o da idade mais avançada.

Artigo 49 - A renovação dos membros do Conselho será a cada 2 (dois) anos, respeitada a proporcionalidade e mantida a paridade, de acordo com o artigo 77.

Artigo 50 – O Presidente do Conselho Fiscal será o candidato mais votado pelos Participantes e assistidos, que além do seu, terá voto de qualidade em caso de empate.

Parágrafo único – Caberá ao Presidente do Conselho Fiscal designar seu substituto, dentre os demais membros titulares.

Artigo 51 - O mandato do Conselho Fiscal será de 4 (quatro) anos, vedada a recondução, observadas as condições específicas e estabelecidas o artigo 77, § 2º.

Parágrafo único – Somente na primeira investidura o mandato será diferenciado, conforme estabelece o art. 77, § 4º.

Artigo 52 - Aplicam-se ao Conselho Fiscal as regras estabelecidas para o Conselho Deliberativo, relativas à perda do mandato por ausência de reuniões ou pelas mesmas hipóteses previstas nos artigos 41.

Artigo 53 – Ocorrendo a vacância, o suplente assumirá como membro titular pelo tempo que faltar para o término do mandato, devendo respeitar a proporcionalidade do Conselho entre eleitos e nomeados.



Artigo 54 - O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que for convocado e só deliberará com a presença de 2/3 (dois terços) de seus membros.

Parágrafo único: Caso não estejam presentes 2/3 (dois terços) dos membros na data designada para a reunião, esta será adiada, pelo Presidente, para no máximo 05 (cinco) dias, designando, no ato, a nova data e horário. Se nesta segunda data persistir a falta de quorum, uma terceira data será designada, para no máximo 05 (cinco) dias, com o quorum mínimo de metade dos membros.

## **CAPÍTULO VII**

### **DA COMPETÊNCIA DOS CONSELHOS DELIBERATIVO E FISCAL**

#### **Seção I**

#### **DO CONSELHO DELIBERATIVO**

Artigo 55 - Competem privativamente ao Conselho Deliberativo as atribuições constantes do presente Estatuto e, especialmente, deliberar sobre:

I – criação de planos de benefícios previdenciais, alterações estatutárias e regulamentares, a implantação e extinção de planos, retirada de Patrocinadoras, mediante expressa aprovação dos órgãos competentes.

II - planos anuais de custeio e de aplicação do patrimônio;

III- relatório anual da Diretoria Executiva, balanço patrimonial e demonstração de receitas e despesas do exercício, acompanhadas dos pareceres da auditoria e do Conselho Fiscal;

IV – Autorizar investimentos superiores a 5% (cinco por cento) dos recursos garantidores;

V - Contratação de auditor independente atuário e avaliador de gestão, observadas as disposições estatutárias aplicáveis;

VI– nomeação e exoneração dos membros da Diretoria Executiva;

VII - julgamentos em última instância dos recursos interpostos às decisões da Diretoria Executiva ou de um dos Diretores;

VIII - alterações da estrutura orgânica, da política salarial e do quadro de pessoal;

IX - determinar a realização, a qualquer tempo, de inspeção junto aos órgãos executivos da PREVICEL.

X - Em casos excepcionais e urgentes e, mediante justificativa substanciada, o Presidente do Conselho Deliberativo poderá decidir “ad referendum” do órgão.

## **Seção II**

### **DO CONSELHO FISCAL**

Artigo 56 - Compete ao Conselho Fiscal:

- I - examinar, dar parecer e aprovar os balancetes, balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras;
- II - coordenar o planejamento e a execução dos trabalhos da auditoria externa;
- III - analisar e aprovar os relatórios dos trabalhos da auditoria;
- IV - examinar, a qualquer tempo, os livros e documentos da PREVICEL
- V - acusar as irregularidades verificadas, sugerindo medidas saneadoras;
- VI - comparecer às reuniões do Conselho Deliberativo, bem como da Diretoria Executiva quando convocado;

## **CAPÍTULO VIII**

### **DA DIRETORIA EXECUTIVA**

Artigo - 57 À Diretoria Executiva cabe administrar a PREVICEL, executando e fazendo executar todos os atos necessários ao seu funcionamento, de acordo com as disposições do presente estatuto, dos regulamentos dos planos previdenciais, diretrizes e normas baixadas pelo Conselho Deliberativo.

Artigo 58 - A Diretoria Executiva será constituída de 3 (três) membros, sendo:

- I - Diretor Presidente;
- II - Diretor de Seguridade;
- III - Diretor Administrativo-Financeiro.

Artigo 59 - O Diretor Presidente, o Diretor Administrativo-Financeiro e o Diretor de Seguridade serão nomeados e exonerados pelo Conselho Deliberativo para mandato de 02 (dois) anos.

Artigo 60 – Os membros da Diretoria Executiva além dos requisitos previstos no artigo 33 deste Estatuto, deverão ter formação de nível superior.

Artigo 61 - Os Diretores de Seguridade e Administrativo Financeiro, além dos requisitos comuns de elegibilidade devem possuir formação compatível com as respectivas funções.

Artigo 62 - Aos membros da Diretoria Executiva é vedado:

I – exercer simultaneamente atividade nos patrocinadores, exceto a Fundação de Assistência.

II – integrar concomitantemente o Conselho Deliberativo ou Fiscal da entidade e, mesmo depois do término do seu mandato na Diretoria Executiva, enquanto não tiver suas contas aprovadas; e

III – ao longo do exercício do mandato prestar serviços a instituições integrantes do sistema financeiro, bem como, nos 12 (doze) meses subsequentes ao término do exercício do cargo.

Artigo 63 – O exercício das funções de membro da Diretoria Executiva poderá ser remunerado pela PREVICEL.

Artigo 64 - Quaisquer atos que obriguem a PREVICEL, inclusive a emissão de títulos e cheques, e a aplicação de recursos financeiros, dependem, para sua validade, de assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores, podendo um deles ser substituído por procurador com poderes específicos.

## **Seção I**

### **Da COMPETENCIA DA DIRETORIA EXECUTIVA**

Artigo 65 - Compete à Diretoria Executiva, além de outras atribuições previstas neste Estatuto:

I - submeter à aprovação do Conselho Deliberativo as questões dependentes de deliberação daquele órgão;

II - celebrar os negócios jurídicos necessários à administração da PREVICEL

III - aplicar as reservas e recursos financeiros da PREVICEL;

IV - aprovar o manual de normas de direitos e deveres do pessoal;

V - designar os Gerentes e os Chefes dos órgãos técnicos e administrativos da PREVICEL, assim como agentes e representantes desta;

VI - propor ao Conselho Deliberativo a alienação e aquisição de bens imóveis;

VII – informar ao órgão regulador e fiscalizador, no prazo de quinze dias contados da data da posse, os membros titulares e suplentes do Conselho Deliberativo e Fiscal e a composição da Diretoria Executiva;

VIII – manter atualizados os dados cadastrais da entidade e de seus dirigentes e conselheiros frente ao órgão regulador e fiscalizador, na forma determinada, informando as alterações dentro do prazo de quinze dias contados da sua ocorrência.

IX - exercer as demais atribuições que lhe forem delegadas pelo Conselho Deliberativo.

Artigo 66 - A Diretoria deverá informar ao órgão regulador e fiscalizador o responsável pela aplicação dos recursos garantidores da entidade, escolhido entre os membros da Diretoria Executiva.

Parágrafo único – Os demais membros da Diretoria Executiva responderão solidariamente com o dirigente indicado, pelos danos e prejuízos, causados à entidade fechada e seus Participantes e assistidos, para os quais tenham concorrido.

Artigo 67 - Os bens imóveis da PREVICEL só poderão ser adquiridos, alienados ou gravados pela Diretoria Executiva com autorização do Conselho Deliberativo e de acordo com o plano de aplicação do patrimônio.

Parágrafo único - Os demais bens dependerão de aprovação do Conselho apenas para serem gravados. As regras para aquisição e alienação de bens móveis serão estabelecidas em norma interna.

Artigo 68 - Compete ao Diretor Presidente, além de outras atribuições previstas neste Estatuto:

I - convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva e convocar extraordinariamente, o Conselho Deliberativo e Fiscal;

II - representar, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente a PREVICEL podendo nomear procuradores;

III - coordenar os trabalhos dos demais Diretores, respeitados os limites estatutários de cada função, visando alcançar a finalidade social da PREVICEL;

IV - fornecer às autoridades competentes as informações que lhe forem solicitadas sobre assuntos da PREVICEL;

V - fornecer ao Conselho Deliberativo e ao Conselho Fiscal os meios que lhe forem solicitados, pertinentes ao exercício regular de suas funções;

VI - admitir, promover, transferir, licenciar, requisitar, punir e dispensar empregados, contratar serviços e materiais, tudo dentro de normas aprovadas, sendo-lhe facultado delegar tais poderes a Diretores ou empregados;

VII - designar, dentre os Diretores da PREVICEL, seu substituto eventual, dando conhecimento ao Conselho Deliberativo.

Artigo 69 - Compete ao Diretor de Seguridade o planejamento e a responsabilidade pela execução da atividade fim da PREVICEL, devendo:

I - sugerir normas regulamentadoras do processo de inscrição dos Participantes e Beneficiários, do processo de cálculo e concessão dos benefícios e normas regulamentadoras da devolução da contribuição;

II - propor novos planos e ampliação do programa previdencial;

III - promover programas de apoio a aposentadoria;

- IV - homologar a inscrição de Participantes e Beneficiários;
- V - promover a concessão de benefícios;
- VI - propor ao Diretor Presidente o preenchimento dos cargos e funções de sua Diretoria;
- VII - substituir o Diretor Administrativo-Financeiro em seus impedimentos;
- VIII - tomar as demais providências relativas a sua área.

Artigo 70 - Compete ao Diretor Administrativo-Financeiro o planejamento e a responsabilidade pela execução das atividades meio da PREVICEL, devendo;

- I - elaborar o plano de aplicação do patrimônio, e o plano de contas;
- II - sugerir o programa de organização e funcionamento da PREVICEL, a política salarial e o quadro de pessoal;
- III - zelar pelos bens patrimoniais da PREVICEL.
- IV - promover o funcionamento das carteiras de empréstimos;
- V - promover o funcionamento do sistema de investimentos;
- VI - promover a execução de todas as atividades de pessoal, comunicação, materiais, transportes, serviços gerais e outras inerentes a sua área;
- VII - propor ao Diretor Presidente o preenchimento dos cargos e funções de sua Diretoria;
- VIII - substituir o Diretor de Seguridade em seus impedimentos;
- IX - tomar as demais providências relativas à sua área.

## **CAPÍTULO IX**

### **DO PESSOAL**

Art.71 - Os empregados da PREVICEL estarão sujeitos à legislação trabalhista, com tabelas de remuneração aprovadas pela Diretoria Executiva.

Art.72 - Os direitos, deveres e regimes de trabalho dos empregados da PREVICEL serão objeto de regulamento próprio.

Art.73 - A admissão de empregados na PREVICEL far-se-á através de processo seletivo, inspirado em sistema de mérito, a ser estabelecido em ato regulamentar.

Parágrafo Único - Poderá a PREVICEL contratar serviços especializados com firmas ou entidades dotadas de personalidade jurídica.

## **CAPÍTULO X**

### **DAS ALTERAÇÕES DO ESTATUTO**

Art.74 - Este Estatuto só poderá ser alterado por deliberação do Conselho Deliberativo, sujeita à homologação das Patrocinadoras, dependendo para sua validade de aprovação da autoridade competente.

Art.75 - As alterações do Estatuto da PREVICEL não poderão:

I - contrariar os objetivos referidos no Art.1º;

II - reduzir benefícios já iniciados;

III - prejudicar direitos de qualquer natureza, adquiridos pelos Participantes e Beneficiários.

## **CAPÍTULO XI**

### **DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

Art. 76 - Caberá interposição de recursos dentro de 30 (trinta) dias, contados da ciência oficial, com efeito suspensivo, sempre que houver risco imediato de conseqüências graves para a INSTITUIÇÃO, ou para o recorrente:

I - para o Diretor Presidente, dos atos dos prepostos ou empregados;

II - para o Conselho Deliberativo, dos atos da Diretoria Executiva ou dos Diretores da INSTITUIÇÃO.

## **CAPÍTULO XI**

### **DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

Artigo 77 - Na primeira investidura dos membros dos Conselhos Deliberativo, Fiscal e Diretorias, com a vigência do presente Estatuto, atenderá as seguintes disposições:

#### **Parágrafo 1º- Conselho Deliberativo:**

I – até 60 (sessenta) dias após a aprovação deste Estatuto os Participantes elegerão 3 (três) membros titulares e 1(um) membro suplente para o Conselho Deliberativo, onde o membro mais votado tomará posse como titular com mandato de 4(quatro) anos, sendo que o 2º

(segundo) e o 3º (terceiro) mais votados tomarão posse como titulares e com mandato de 2 (dois) anos e o 4º (quarto) membro mais votado tomará posse como suplente com mandato de 4 (quatro) anos;

**II** – até 60 (sessenta dias) após a aprovação deste Estatuto as Patrocinadoras nomearão 2 (dois) membros como titulares do Conselho Deliberativo para um mandato de 4 (quatro) anos, 1 (um) membro como titular para um mandato de 2 (dois) anos e mais 1 (um) membro como suplente para o mandato de 2 (dois) anos;

### **Parágrafo 2º- Conselho Fiscal:**

**I** – no mesmo prazo em que forem eleitos e indicados os membros do Conselho Deliberativo, os Participantes elegerão 3 (três) membros, sendo 2(dois) titulares e 1(um) suplente para o Conselho Fiscal, onde o 1º (primeiro) membro mais votado tomará posse como titular e presidente com mandato de 4(quatro) anos, o 2º (segundo) mais votado tomará posse como titular para um mandato de 2 (dois) anos e o 3º (terceiro) mais votado tomará posse como suplente para um mandato de 2 (dois) anos;

**II** – na mesma data em que for apurado o resultado das eleições para o cargo do Conselho Fiscal as Patrocinadoras nomearão 3 (três) membros para o Conselho Fiscal, sendo 1(um) como membro titular para um mandato de 2(dois) anos, mais 1 (um) membro titular para um mandato de 4(quatro) anos e um 3º (terceiro) como membro suplente para um mandato de 4 (quatro) anos;

### **Parágrafo 3º- Diretoria Executiva:**

**I** – Até 30 (trinta) dias após a posse dos membros do Conselho Deliberativo eleitos e nomeados em 2002, serão indicados e será dado posse aos membros da Diretoria Executiva, para mandato de 2 (dois) anos;

Parágrafo 4º- Excepcionalmente, para o primeiro mandato, os Membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, que preencherem cargos logo após a aprovação deste Estatuto, exercerão o cargo até maio de 2004, quando tiverem sido indicados ou nomeados para um mandato de 2 (dois) anos, ou até maio de 2006, quando tiverem sido indicados ou nomeados para um mandato de 4 (quatro).

Parágrafo 5º- Excepcionalmente os Membros da Diretoria Executiva que preencherem cargos logo após a aprovação deste Estatuto, exercerão o cargo até junho de 2004.

Artigo 78 - Este Estatuto entrará em vigor na data da sua aprovação pela autoridade competente.